



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**  
**Controladoria-Geral do Município**  
Unidade de Auditoria-Geral

## **COMPANHIA CARRIS PORTO-ALEGRENSE**

### **RELATÓRIO-DIAGNÓSTICO 02/15**

Fevereiro de 2015





## SÍNTESE DO RELATÓRIO-DIAGNÓSTICO 02/15 – CARRIS

- 1. Licitações, Dispensas e Inexigibilidades – Solicitação nº 63219 (PEP 033/14) –**  
Conforme relação fornecida pelo Gestor do contrato, não há controle devidamente formalizado da instalação dos equipamentos, constando instalações em abril e maio, meses anteriores à formalização do contrato. De acordo com os documentos fiscais anexados aos pagamentos de despesas, há pagamentos antecipados de manutenção do sistema (anteriormente à instalação dos equipamentos). Apesar da informação, do Gestor do contrato, da conclusão de instalação de **366** dos **kit's** contratados, nos pagamentos realizados, até o momento da auditoria, só localizamos uma nota fiscal de material referente ao fornecimento de **75 kit's** em comodato, faltando, portanto, o documento fiscal de **291 kit's** (subitem 1.1.2). Em 06 de fevereiro, foi acrescentado **25%** ao valor do contrato original, mas não foram demonstrados e motivados de forma clara os itens que compuseram o valor aditivado de R\$ 377.250,00 (subitem 1.1.3).
- 2. Despesas – USECARRIS –** Continua pendente de regularização o valor repassado sem amparo legal à Associação, em julho de 2011, no total de R\$ 80.000,00. No ano de 2014, foram realizados três empréstimos para a Associação, nos valores de R\$ 4.000,00, R\$ 10.000,00 e R\$ 7.500,00, os quais, apesar de terem sido devolvidos dentro do mesmo exercício financeiro, não encontram amparo legal para a sua realização (subitem 2.1).  
**Convênio com a SMED –** Permanece pendente de regularização o convênio por meio do qual a SMED repassou o valor de R\$ 500.000,00 para construção de uma creche, sendo que R\$ 250.000,00 foram repassados à USECARRIS e R\$ 250.000,00 permaneceram na Companhia (subitem 2.2). O valor repassado para a conta da USECARRIS encontra-se em aplicação financeira, devendo ser devolvido à SMED com a devida atualização monetária, na impossibilidade da conclusão da construção da creche (subitem 2.2.1).  
**Juros e Multas –** Os gastos com despesas de juros e multas, incluídos os de financiamento, no exercício de 2014, foram de R\$ 7.663.652,74, demonstrando a necessidade de reavaliação da gestão da empresa (subitem 2.3).  
**Débitos de Empregados –** As pendências com despesas pagas antecipadamente a empregados vêm aumentando a cada exercício. No último exercício, o valor foi de R\$ 147.602,52, sendo R\$ 66.646,75



por insuficiência de saldo (subitem 2.4). **Valores a Recuperar com a PMPA** – Há um valor pendente de regularização desde 2012 com a PMPA, de R\$ 829.354,00, o qual recomendamos incluir no encontro de contas entre os órgãos (subitem 2.5). **Aumento de Capital** – Há um saldo em 31/12/14 pendente de regularização na conta de adiantamento para aumento de capital, referente a recursos repassados pela PMPA, no valor de R\$ 34.313.339,31 (subitem 2.6). **Unidade de Documentação e Memória** – A Unidade de Documentação e Memória já custou à Carris aproximadamente R\$ 1,109 milhão, desde a sua criação em 2011. Somente com aluguel é despendido um montante mensal de R\$ 6.000,00. Verificamos que os Boletins de Acompanhamento Diário (BAD's) são os documentos que ocupam a maior parte do depósito alugado, sendo que, até 2010, esses documentos eram digitalizados por uma empresa terceirizada, no entanto o contrato não foi renovado e também não se iniciou, internamente, o processo de digitalização (subitem 2.7). **Linha Hotéis** – Em junho de 2014 foi ativada a linha LS01 – Aeroporto Seletivo, a fim de suprir as necessidades da Copa do Mundo. Constatamos que a Linha continuava em operação no momento de nossa inspeção, e que já gerou um prejuízo de R\$ 613 mil, sendo que, nos últimos quatro meses, a média mensal de prejuízo foi de R\$ 70 mil (subitem 2.8).

**3. Análise Financeira – Revisão Analítica** – Constatamos variação relevante no Imobilizado, a qual verificamos que se refere à movimentação no Ativo Não Circulante Mantido para a Venda (ônibus desativados que atingiram a idade limite fixada para trafegar na Cidade) e contabilização da depreciação do período. Nos financiamentos, verificamos que em 2014 foi quitada parte relevante do empréstimo de capital de giro contratado com a Caixa Econômica Federal. O **montante total de financiamentos**, em 2014, **é de R\$ 77,1 milhões**, dos quais R\$ 37,4 milhões foram contratados para aquisição de ônibus e **R\$ 39,7 milhões para o capital de giro**. No Capital Social, desde 2010, houve integralização, pelo Município, de **R\$ 64,96 milhões**. Além disso, há um saldo de R\$ 34,313 milhões em Adiantamento para Aumento de Capital, ou seja, montante já repassado pelo Município, mas ainda não integralizado. Verificamos que os prejuízos anuais vêm aumentando gradativamente nos últimos anos, sendo que os prejuízos acumulados somam aproximadamente **R\$ 108 milhões** (subitem 3.2.1). Constatamos que



a Receita Bruta de Vendas cresceu 7% desde 2010, enquanto o Custo dos Serviços aumentou em 50%. Entretanto, desde 2012, a Receita reduziu em 2% e o Custo aumentou 19%. Em relação ao Custo dos Serviços, constatamos que vem aumentando principalmente em virtude do crescimento do custo com pessoal, materiais e depreciação. Verificamos que o quantitativo de funcionários aumentou 6% em 2014, em relação a 2013, e que, do total de funcionários da Carris, **20%** encontra-se **afastado por motivo de acidente do trabalho, auxílio doença ou invalidez**. Quanto ao aumento no consumo de combustíveis e de peças, o principal agravante foi o **envelhecimento da frota** (5,8 anos em 2013 e 6,7 anos em 2014), havendo 38 ônibus rodando com mais de 13 anos. Apesar dessa justificativa, verificamos que não há um controle efetivo do consumo de combustível por ônibus, contendo a quilometragem planejada *versus* quilometragem efetuada *versus* consumo de combustível. Em relação às Despesas Administrativas, verificamos que houve um crescimento de 77% na despesa com pessoal, que em 2010 era de R\$ 7,432 milhões e em 2014 foi de R\$ 13,135 milhões (subitem 3.2.2). **Índices Econômico-Financeiros** – Após análise do Índice de Liquidez Corrente, constatamos que a Companhia não possui recursos suficientes no Ativo Circulante para cobrir suas dívidas de curto prazo. Quanto ao Índice de Liquidez Geral, constatamos que o somatório dos valores conversíveis (Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo) não são suficientes para o pagamento das dívidas. Na análise do Índice de Participação de Capitais de Terceiros sobre os Recursos Totais, verificamos que, em 2014, 88% dos recursos totais eram de terceiros. Em 2011, o Índice era de 79%, o que demonstra que o endividamento da Carris vem aumentando gradativamente. Quanto ao Giro do Ativo, verificamos que em 2014 o índice foi de 1,15, o que indica que o volume de serviços prestados superou o valor investido na Entidade. Verificamos que, em virtude do prejuízo do exercício, a margem de lucro foi negativa nos últimos exercícios, o que reflete na Taxa de Retornos sobre Investimentos, que foi negativa em 39% em 2014 e 24% em 2013 (subitem 3.3).

**4. Almoxarifado** – Na amostragem conferida (40 itens), que correspondeu a 0,39% do total dos itens ativos (10.169 itens cadastrados), observamos que 12 itens apresentaram diferenças, ou seja, 30% da amostra (subitem 4.1). Através da Ordem de Serviço nº 11111-156, de 13 de dezembro de 2014, houve designação, pelo Diretor-Presidente da Companhia, da comissão inventariante para realização da conferência física dos materiais



estocados nos Almojarifados do Administrativo e da Manutenção. Como já comentado em auditorias anteriores, apesar das diferenças não serem expressivas na maioria dos itens, se comparadas ao volume de materiais movimentados, à exceção do item com código 905-9, que durante o exercício apresentou uma diferença negativa de R\$ 43.262,91, entendemos que podem ser aprimorados os controles existentes, evitando, ao máximo, divergências na contagem de materiais, tanto positivas quanto negativas (subitem 4.2).

**5. Patrimônio** – Verificamos que foi realizado o inventário dos bens patrimoniais no exercício de 2014. A Comissão Inventariante recomendou a baixa dos bens não localizados do sistema de patrimônio, por tratar-se, em sua maioria, de itens inservíveis e/ou sem valor para a empresa, totalmente depreciados. Recomendamos abertura de sindicância formal e anuência da autoridade do órgão para somente após dar baixa dos bens no sistema patrimonial e contábil (subitem 5.2). Não localizamos os Termos de Responsabilidade de 8 das 34 áreas da Carris, e 3 estavam incompletos (subitem 5.3). Selecionamos, por amostragem, três setores da Companhia, nos quais conferimos parte dos bens existentes, destacando alguns problemas verificados no setor da Assessoria de Comunicação e Marketing, tais como: não localização de uma câmera fotográfica e localização de outra sem identificação patrimonial. Ressaltamos a demora de 8 meses no registro de bens como caixas acústicas, transformadores, microfones de mesa, amplificadores e acessórios da rádio interna da Carris, no valor total de R\$ 28.221,81, adquiridos nos meses de junho e agosto de 2012 e registrados somente em janeiro de 2013 (subitem 5.4.1).

**6. Obras e Reformas** – Selecionamos, por amostragem, os itens constantes na listagem fornecida pela Carris para auditoria *in loco*. **Prédio do Centro Integrado Carris** – Inspeccionamos no dia 24 de fevereiro a obra paralisada do Centro Integrado, em conjunto com a arquiteta da Cia. Carris, onde constatamos que foi construída uma cerca de madeira costaneira para evitar o acesso ao local. No entanto, apesar dos apontamentos de auditoria de relatórios anteriores, o local continua sendo ocupado para depósito. Verificamos ainda que a Cia. Carris não contratou, conforme sugerido, o laudo técnico estrutural para avaliar



as condições da estrutura de concreto armado (subitem 6.1). **Reforma Prédio do Almojarifado Administrativo** – Durante inspeção às obras da reforma do almojarifado administrativo, observamos que o local não está cercado por tapumes, o que possibilita o acesso por pessoas não habilitadas. Constatamos ainda que a Carris não corrigiu os apontamentos do relatório de auditoria anterior, no que concerne às instalações elétricas. As rachaduras existentes nas paredes foram objeto de intervenção, contudo, no nosso entendimento, as rachaduras são provenientes de recalques diferenciais das fundações superficiais da edificação (subitem 6.2). **Creche Associação da Carris** – Em inspeção *in loco* à obra paralisada da Creche da Associação da Carris, no dia 25 de fevereiro, verificamos que não foram tomadas medidas para recuperação da estrutura, apesar de existir um laudo técnico de vistoria de 10 de abril de 2012 contratado pela Carris (subitem 6.3). **SISCOP** – Analisamos o lançamento e andamento das informações junto ao Sistema de Controle de Obras Públicas – SISCOP, na data de 27 fevereiro de 2015. Em reunião com o engenheiro responsável pelo envio das informações, verificamos que as informações foram cadastradas no sistema, estando, portanto, atualizadas nesta data (subitem 6.4).